

## **A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – URBANIZAÇÃO DE FAVELAS (PAC/UAP) EM NOVA CONSTITUINTE, SALVADOR/BA: avanços e limites**

Aparecida Netto Teixeira<sup>1</sup>

Ian Mendes Galvão<sup>2</sup>

Igor do Espírito Santo Soares<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O Programa de Aceleração de Crescimento/Urbanização de Favelas (PAC/UAP) criado em 2007, no eixo de infra-estrutura social e urbana, consiste em intervenções de urbanização em assentamentos precários, produção de novas moradias e implementação de infraestrutura, tendo sido de significativa importância ao país. Em Salvador, foram aplicados recursos do PAC/UAP em 11 comunidades. O presente artigo tem como objetivo analisar a aplicação deste programa na poligonal da Nova Constituinte, localizada no município de Salvador, abrangendo os avanços e limites das intervenções realizadas. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de dados quantitativos, visita de campo e tratamento de entrevista semi-estruturada. Vale ressaltar que Nova Constituinte, mesmo já sendo um assentamento consolidado com graves problemas de infra-estrutura urbana, nunca tinha recebido qualquer intervenção pública, anteriormente ao programa. Como conclusão pode-se constatar que é indiscutível a melhoria deste território após a aplicação da urbanização, mas ainda é discutível a qualidade das construções e das obras realizadas. Os resultados obtidos indicam vários déficits por parte do governo e das construtoras durante a realização da obra, gerando atrasos e prejuízo à população residente, porém a melhoria da infraestrutura é um ponto positivo.

**Palavras-chave:** Assentamentos precários. Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários. Nova Constituinte (Salvador/BA).

---

<sup>1</sup> Profa Dra. Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSAL; aparecida.teixeira@ucsal.br.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UCSAL. Bolsista de Iniciação Científica. ian.galvao@ucsal.edu.br.

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UCSAL. Bolsista de Iniciação Científica. igor.soares@ucsal.edu.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das grandes cidades brasileiras sempre foi aquém das demandas dos seus habitantes, o que foi ainda mais agravado com o processo de industrialização e o êxodo rural, ou seja o movimento de saída da população rural para o meio urbano. Aliado a isso, os planos urbanos ou programas não foram satisfatórios para resolver os problemas decorrentes do incremento populacional das cidades.

Os menos favorecidos passaram a residir em pequenos espaços no centro da cidade, conhecidos como cortiços. Com as políticas higienistas e a retirada da população de baixa renda do centro da cidade, o novo movimento de retirada se deu tendo como destino as áreas sem nenhuma infraestrutura. Vale ressaltar que no período da ditadura militar as favelas eram encaradas como algo a se exterminar, vista pela cidade como uma “não cidade”. Predominavam as ações governamentais de retirada dos moradores para outra localidade.

No governo de Itamar Franco (1991 - 1994) começa a ser desenhada a política habitacional e, posteriormente, dando continuidade no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2006) foi criado o Ministério das Cidades. Com esse cenário político algumas bases legais começam a legitimar a autoconstrução.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é um programa implantado no governo Lula, em 2007, com o objetivo de investir da infraestrutura e promoção do desenvolvimento econômico, composto por duas fases: PAC 1 (2007-2010) e PAC 2 (2011-2014). Foi organizado em eixos de investimento, que continham modalidades específicas, que, por sua vez, eram compostas por Programas e Ações. No PAC 1, foi criada a Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), incluída no Eixo denominado Infraestrutura Social e Urbana. No PAC2, a mesma modalidade passou a fazer parte do Eixo Minha Casa Minha Vida. Segundo o 11º Balanço do PAC2, seriam investidos R\$ 33 bilhões no PAC-UAP: R\$ 20,8 bilhões no PAC 1 e R\$12,7 bilhões no PAC2 (BRASIL, 2014, p. 192).

O bairro de Nova Constituinte surgiu de ocupação espontânea, denominado anteriormente de invasão Waldir Pires, em uma antiga fazenda que pertencia à família Almaque Vasconcelos. O nome é uma referência à Constituição Brasileira,

O bairro sempre apresentou muitos problemas de infraestrutura, como falta de drenagem, de abastecimento de água e de energia elétrica, impedindo seu desenvolvimento urbano. Apenas em 1998 foi instalada energia elétrica. A primeira associação de moradores foi criada em 14 de fevereiro de 1987.

Nova Constituinte nunca tinha sido contemplada com nenhum programa de urbanização até a chegada do PAC-UAP. A conquista desse programa se deu pela pressão da comunidade e pelo apoio da deputada estadual Maria Del Carmen.

O presente artigo tem como objetivo analisar a aplicação deste programa na poligonal da Nova Constituinte, localizada no município de Salvador, abrangendo os avanços e limites das intervenções realizadas. A metodologia de trabalho contemplou a pesquisa bibliográfica e documental, visita à campo e a sistematização da entrevista semi-estruturada realizada com o então representante da Associação de Moradores do de Nova Constituinte.<sup>4</sup>

Com o presente trabalho pretende-se contribuir para a análise das políticas públicas de habitação social no Brasil, em especial com relação à urbanização de assentamentos precários, abrangendo a compreensão dos processos que perpassam a execução das obras de urbanização desses assentamentos e os entraves enfrentados.

## **2. INTERVENÇÃO DO PAC E FNHIS**

Neste item serão abordadas algumas informações gerais do PAC, do FNHIS, fazendo um apanhado histórico de sua criação e de como ele foi planejado para solucionar os problemas existentes no Brasil.

Em 2003, no início da gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério das Cidades (Mcidades), que tinha como objetivo combater as desigualdades sociais, transformar os espaços urbanos, tornando-os mais humanos e por fim, ampliar o acesso da população de baixa renda à moradia, transporte e saneamento básico. Em 2005, com a aprovação da Lei nº 11.124, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Os recursos foram destinados a ações relacionadas à

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida à Profa Laila Nazem Mourad em fevereiro de 2018.

melhoria do referentes ao panorama da habitação social no Brasil, financiados pelo Orçamento Geral da União (OGU).

Em 2006, o Governo Lula começou a adotar medidas que visavam o desenvolvimento da economia, as quais incluíam: redução gradual da taxa de juros, ampliação do investimento de empresas estatais etc. Nesse contexto, em 2007, o governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): um pacote de medidas que tinham como objetivo desenvolver obras de infraestrutura em diversas regiões do país ( CARDOSO; DENALDI, 2018).

O PAC tinha uma característica bem clara: buscar resultados rápidos, para que assim pudesse alavancar a economia do país. Conforme afirma Maricato (2014) tinha o intuito de “retomar as obras de infraestrutura econômica e social cuja construção o Governo Federal praticamente abandonara desde 1980” (MARICATO, 2014, p. 64). As propostas dividiram-se em infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos), infraestrutura energética (geração, transmissão, petróleo e gás, refino, indústria naval, combustíveis renováveis) e infraestrutura social e urbana (iluminação, metrô, recursos hídricos, habitação e saneamento). Quanto ao último item, tornou possível a execução de uma política nacional de urbanização de favelas, localizadas nas principais cidades e regiões metropolitanas do Brasil, além do trabalho social nas áreas de intervenção, com o objetivo de melhorar a situação da habitação em assentamentos precários.

Um outro objetivo importante, foi garantir que os recursos alocados não fossem contingenciados e assim, poderiam ser rapidamente utilizados. Para isso, eles utilizaram projetos já elaborados, que haviam sido descartados em outros momentos, por falta de recursos financeiros e interesse político.

O programa foi implantado em 2 fases: o PAC I (2007 -2010) e o PAC II (2011-2014). No PAC I, foram investidos 619 bilhões e o resultado foi alcançado de forma significativa, 82% dos investimentos realizados, já haviam sido convertidos em obras finalizadas e, economicamente falando, houve um resultado imediato nos investimentos totais no Produto Interno Bruto, que cresceu 2,3%, em 2 anos, de 16,4% em 2006 para 18,7% em 2008, puxado por um aumento expressivo de investimento público no PIB, feito pela OGU e por empresas estatais, que cresceu de 1,6% para 2,9% em 3 anos (CARDOSO, DENALDI, 2018).

No âmbito da urbanização de territórios populares, a primeira fase do PAC/UAP contemplou os grandes complexos de favelas a segunda fase, realizada anualmente, foi voltada para os assentamentos de menor porte, por meio de seleção pública, levando em consideração alguns critérios e duas estratégias. Houve um repasse do Ministério das Cidades de 29,6 bilhões, direcionados para 1.072 municípios, em todos os estados da federação. Entre os anos de 2007 e 2016, houve uma média de 2,9 bilhões de repasses anuais. Importante salientar que do investimento total em assentamentos precários, 60% foi convertido em contratos ainda no primeiro ano (2007). No Governo Dilma, houve poucos investimentos direcionados à urbanização de assentamentos precários: apenas 5 contratos, que totalizaram aproximadamente 2 bilhões de reais investidos.

Vale destacar que esses territórios populares são extremamente heterogêneos, ou seja, tecidos urbanos bem diversos, que variam de palafitas a loteamentos com traçados regulares. São intervenções que abrangem desde pequenas melhorias habitacionais até projetos mais complexos como recuperação de áreas de mananciais e implantação de grandes obras de drenagem.

Outro ponto importante, foi que o PAC permitiu que comunidades que nunca tiveram nenhum tipo de obra de infraestrutura, tivessem contato com esses avanços, como foi o caso de Nova Constituinte, situada em Salvador, que existe há décadas mas nunca havia sido beneficiada com nenhum projeto de urbanização.

Em outros casos, o PAC possibilitou a complementação de projetos que haviam sido feitos ou já estavam em andamento, que por algum motivo não haviam sido finalizados, como foi o exemplo de Jardim São Francisco, Heliópolis, Paraisópolis e Jardim Pantanal, localizadas em São Paulo.

### **3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DA NOVA CONSTITUINTE**

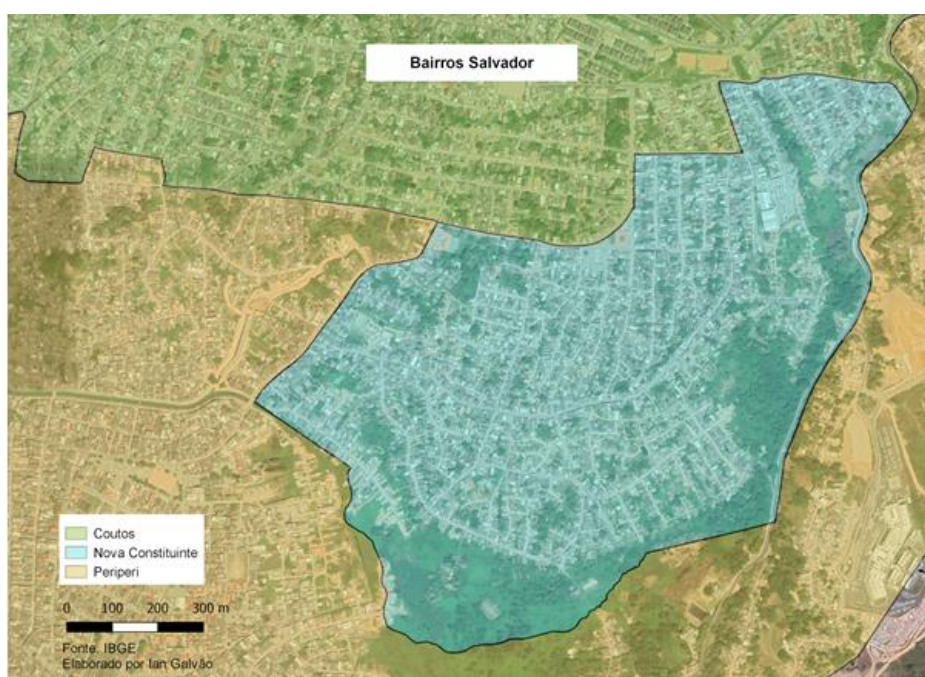
Neste item será realizada uma breve caracterização do bairro, a partir das informações obtidas sobre o bairro, bem como da sistematização da entrevista com representante da comunidade e visita à área.

Nova Constituinte faz divisa com outros 2 bairros de Salvador, Periperi e Coutos, e se encontra em uma área de proteção ambiental (APA), onde se tem uma

extensa área verde e está localizada na Zona Especial de Interesse Social 4 (ZEIS). (Figura 1). Está localizado no Subúrbio Ferroviário, distante do centro antigo da cidade. Foi reconhecido como bairro apenas na Lei Ordinária 9278/2017 de Salvador BA, que delimita os limites de bairros no município de Salvador, baseado no estudo denominado “O Caminho das Águas em Salvador – Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes”, realizado no período de 2006 e 2010.

A primeira linha de ônibus no bairro é uma conquista recente. De acordo com o representante do bairro apenas após 30 anos de ocupação do solo, foi realizado o asfaltamento e com isso a primeira linha de transporte. Antes a única infraestrutura oferecida pelo município era água, luz, sem possuir qualquer tipo de equipamento urbano de lazer.

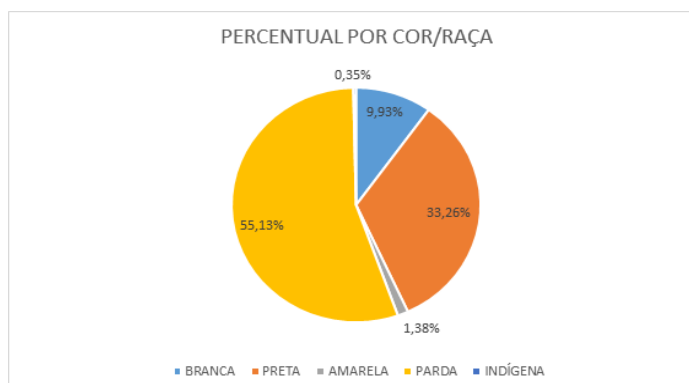
Figura 1 – Localização do bairro Nova Constituinte – Salvador/BA



Fonte: GALVÃO, 2019, a partir de dados do IBGE (2010)

De acordo com o IBGE (2010) a população da Nova Constituinte era 9.410 habitantes, destes a maioria negra e parda, 55,13% e 33,26% respectivamente, e 10% se identificou como branca, amarela ou indígena.

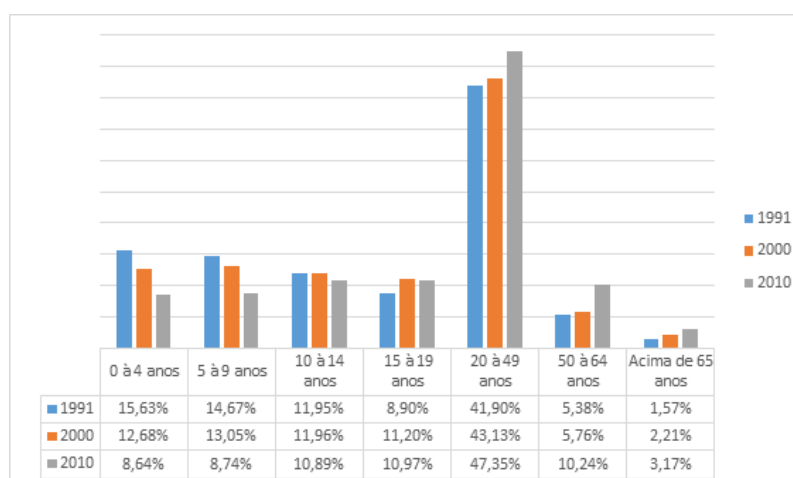
Gráfico 1 – Percentual cor/raça Nova Constituinte



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2010.  
Elaboração: SOARES, 2019.

De acordo com o IBGE, nos anos em que foi realizado o censo demográfico (1991, 2000 e 2010), o percentual de população na faixa de 20 a 49 anos pouco se alterou, representando quase metade da população existente. Apesar da maioria da população ser adulta, em relação a faixa mais velha, houve um aumento significativo na porcentagem, tanto no grupo de 50 a 64 anos, quanto no de acima de 65, dobrando a taxa, de 5,24% para 10,38% e 1,57% para 3,17%, respectivamente. Em 1991, o número de pessoas não alfabetizadas em Nova Constituinte era significativo, aproximadamente 30% da população acima dos 15 anos não era alfabetizada. Nos anos 2000, esse número caiu pela metade, por volta dos 15% e por fim, em 2010, houve uma melhora, ficando na faixa dos 10%.

Gráfico 2 - Faixa Etária



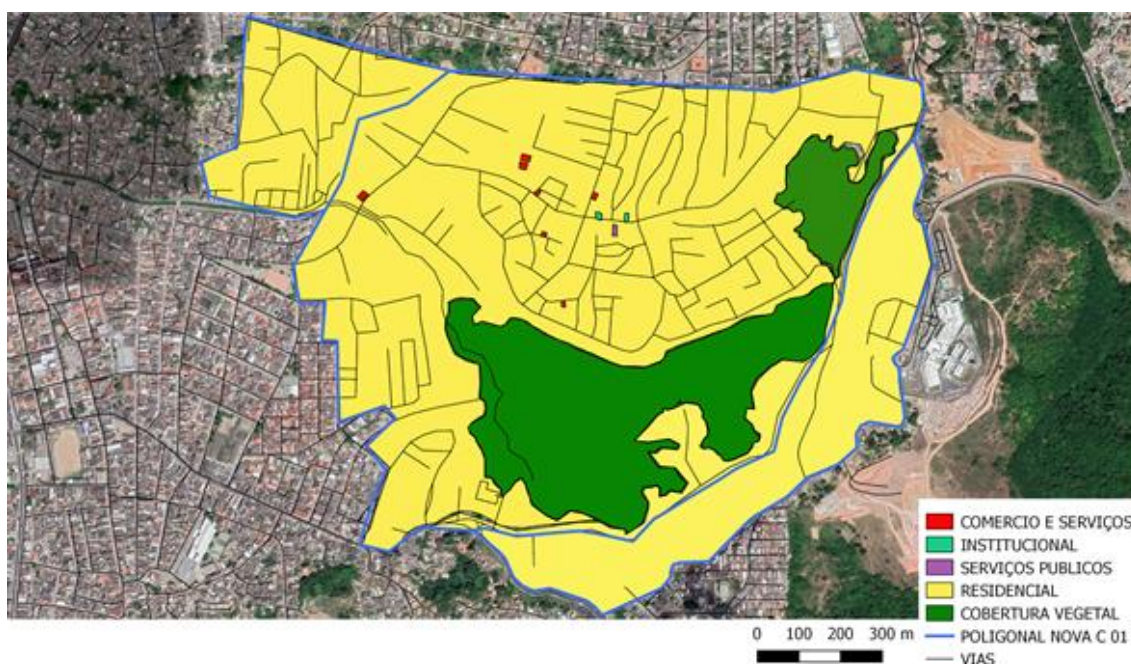
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.  
CONDER/INFORMS/SEDIG, 2016.  
Elaboração: SOARES, 2019

Em relação às crianças da faixa de 5 a 6 anos, em 2010, 88% frequentava escolas. Ainda no mesmo ano, a proporção de crianças entre 11 e 13 anos que frequentam escolas diminuiu 11%, por volta de 77% frequentava os anos finais do fundamental; a proporção de jovens na faixa de 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo é de 36%, o que mostra que mais da metade dos jovens desistem dos estudos antes dos 18 anos. Com ensino médio completo, é ainda mais significativa a diferença, apenas 15% dos jovens 18 a 20 anos completaram o Ensino Médio

Em 2010, em relação a população adulta, o percentual com o ensino fundamental completo é de 38%, um pouco mais da metade do mesmo índice em relação a população de Salvador, que é de 69%.

Levando-se em consideração a população a partir de 25 anos, em 2010, 11,77% eram analfabetos, 31,48% tinham o ensino fundamental completo, 14,47% possuíam o ensino médio completo e 0,14% o superior completo. Comparado aos índices da cidade de Salvador, os percentuais são, respectivamente 4,69%, 67,99%, 52,28% e 14,59%.

Figura 2 - Uso e Ocupação do Solo na região da poligonal do PAC



Fonte: Google Earth; IBGE. Elaboração: GALVÃO (2019).



Quanto ao uso do solo (Figura 2) é possível constatar que Nova Constituinte, por ser um território popular, predomina o uso habitacional, havendo algumas moradias de uso misto e pouquíssimos pontos que são considerados totalmente comerciais. Percebe-se também que existe uma grande área verde, pois o local onde a poligonal está inserida, faz parte de uma APA ( área de proteção ambiental).

#### **4. A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO PAC EM NOVA CONSTITUINTE**

Neste item será abordado o processo de implantação do programa PAC-UAP e FNHIS na poligonal da Nova Constituinte e áreas complementares. Serão analisados os problemas enfrentados pela comunidade, os impasses com relação a realização das obras pelas empresas e os resultados obtidos até então.

De acordo com o PDDU (2018) Nova Constituinte está localizada na ZEIS tipo 4, referente aos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda, inseridos em APA e APRN. (Figura 3) A poligonal do PAC UAP está inserida nos limites de dois bairros, sendo a maior parte em Nova Constituinte subdividida em área do PAC-UAP e áreas complementares 1 e 2, sendo a complementar 1 conhecida como Barreiras e complementar 2 conhecida como Colina 3, em frente ao Hospital do Subúrbio. (Figura 4) Este equipamento é um grande elemento estruturante que tem influenciado em uma grande verticalização em seu entorno com demanda de comércio, conseqüentemente abre espaço para outros habitem assim sendo um direcionador de ocupação.

Figura 3 - Poligonal PAC e Zeis



Fonte: PDDU (2018). Elaboração: GALVÃO (2019)

O projeto de Nova Constituinte contemplava principalmente projetos de pavimentação, em função da precariedade de acesso em algumas ruas, e principalmente do canal de drenagem. Alguns outros equipamentos como praças, centro comunitário; equipamento de comunicação foi inserido no projeto, por demanda da comunidade o qual requisitado uma rádio para o bairro.

O programa PAC-UAP em Nova Constituinte constou de seis etapas físicas, trabalho social e regularização fundiária. (TEIXEIRA, MOURAD, SILVA, 2018a), conforme discriminado abaixo:

1. drenagem e infraestrutura - drenagem, pavimentação, construção de praça e urbanização das ruas Nova Constituinte, Rua do Congo e Rua Ana Cristina;
2. unidades habitacionais, urbanização e unidades sanitárias - inclui micro drenagem pluvial, esgotamento sanitário, construção de canal de macrodrenagem, na Rua do Congo e Rua da Glória até o Canal do Paraguari, pavimentação de ruas, caminhos e passeios, realização de melhorias habitacionais e unidades sanitárias.

### 3. Centro Cultural

4. Centro Comunitário - inclui praça e quadra poliesportiva;
5. Unidades habitacionais e equipamentos - inclui micro drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário, urbanização, sistema viário, iluminação, área de equipamentos urbanos e produção de 240 novas unidades habitacionais.
6. Canal de Drenagem Glória/Paraguari.

A drenagem é um item de fundamental importância para o bairro, em determinados locais existem sérios problemas de alagamentos, Tanto na poligonal do PAC quanto às áreas complementares estão em locais de alagamento e sofrem constantemente com enchentes nas épocas chuvosas, faltando infraestrutura básica para se proteger das mudanças climáticas normais do ano. Para o tratamento das frequentes enchentes em período de chuva foi previsto a implantação de um canal.

Figura 4 - Poligonal PAC Nova Constituinte



Fonte: PDDU (2018). Elaboração: GALVÃO (2019)

A área complementar 1 tem característica quase rural, sem pavimentação, sendo o esgoto apenas as fossas que são artesanais. O pior problema é a falta de pavimentação das ruas, que são importantes diariamente para as necessidades emergenciais e básicas como acesso de ambulância, correio até mesmo a viatura policial é impedida de adentrar nesses locais. Os moradores evidenciaram que a pavimentação é essencial para o combate do tráfico de drogas, assim deixando que a ação dos policiais sejam de fácil acesso em determinadas localidades que sem infraestrutura um automóvel não percorre.

Apesar de possuir água e energia, o esgotamento das casas era feito de maneira artesanal. O esgotamento sanitário é um item de infraestrutura fundamental como uma demanda necessária.

#### 4.1. CONFLITOS DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA EM NOVA CONSTITUINTE

Durante o processo de implantação dos projetos na poligonal PAC-UAP e nas áreas complementares na Nova Constituinte, houve vários impasses e problemáticas enfrentadas durante a execução das obras, A forma de ocupação é um dos maiores problemas para a realização do projeto de urbanização prejudicando até mesmo o posicionamento das máquinas logo no início das obras.

Registra-se a dificuldade de repasse dos recursos financeiros por parte do governo para as empresas privadas, sendo este um dos principais fatores para o atraso e a não conclusão das obras. Com o atraso do pagamento automaticamente os trabalhos são interrompidas ou ocorre a rescisão do contrato. Antes da interrupção total dos serviços a empresa espera até 3 meses, mas após esse período por se tratar de empresa privada, acaba sem alternativas e finaliza as operações. Quanto às empresas registra-se muitos problemas de relação entre os técnicos e representantes da comunidade, com postura autoritária, dificultando o diálogo entre os mesmos.

A questão burocrática é um aspecto dificultador na execução das obras, abrangendo a fiscalização pela CAIXA, responsável em verificar a qualidade e a

autenticidade da obra. Registra-se também as questões processuais relacionadas aos moradores, gerando grande ansiedade para os mesmos.

Por grande demora e substituição de empresas, alguns materiais acabam se deteriorando e existem casos em que os recursos iniciais não condizem com o valor atual dos materiais. No caso da rádio comunitária, onde o investimento inicial era 17 mil, com o passar dos anos foi reduzido para 7 mil, sendo que os equipamentos com passar dos anos tem seu preço aumentado.

Vale ressaltar que a participação da comunidade na execução do programa foi de extrema importância, representando um grande avanço, desde a movimentação para a inserção da área nas obras do PAC, com o apoio da deputada estadual, a atuação dos mesmos como fiscais do trabalho e dos prazos estipulados.

A falta de articulação por partes dos profissionais tornam um obstáculo a vencer, as paralisações não são informadas à comunidade, algo que é feito pelo social mas durante a greve não tem quem informar, tendo assim que os representantes irem pressionar desde a aprovação do projeto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, podemos concluir que o PAC possibilitou a Salvador uma série de avanços no que se refere à habitação social, visto que boa parte de suas intervenções foram em locais que, até então, nunca haviam se beneficiado de projetos desse tipo e nos outros casos, possibilitou uma continuação de projetos já existentes, resultando na melhoria das condições de habitabilidade dos territórios populares, e em particular de Nova Constituinte.

Em Nova Constituinte, o PAC foi de extrema importância, pois a primeira urbanização que o bairro teve em 32 anos de história, de acordo com o representante dos moradores, o PAC “transformou totalmente a vida dessa comunidade, tudo que a gente tem em termo de urbanização e as poucas áreas de esporte a gente agradece ao PAC”. Um dos principais problemas enfrentados é a questão dos repasses financeiros, muitas vezes eles atrasam e algumas empresas acabam não conseguindo dar seguimento ao trabalho, conseqüentemente desistindo.



Uma outra questão é a falta de comunicação entre as partes, alguns repasses que a CONDER deveria fazer para as empresas e para os moradores da comunidade, não são feitos, isso acaba gerando desconfortos entre os envolvidos e dificulta ainda mais o andamento das obras. No final, tudo isso recai em cima da liderança comunitária, que é a referência da comunidade, que precisa dar satisfação aos moradores e muitas vezes não possui as informações.

Por fim, é possível assegurar que os recursos do PAC trouxeram grandes benefícios para Salvador e principalmente para Nova Constituinte, mas, ainda há muito a ser feito para garantir o direito à cidade dos moradores da região.

## REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Nova Constituinte Salvador, BA Salvador**. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_udh/25750](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/25750). Acesso em: 16 jun. 2019.

(BRASIL, 2014

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana; Urbanização de favelas no Brasil: Um Balanço preliminar do PAC. Edição. [S.l.]: Letra Capital, 2018.

CAIXA. **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS**. Disponível em: <http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FNHIS/detalhe/sobre/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

DENALDI, R. et. al. Urbanização de favelas na Região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários. **Caderno MetrÓpole**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 101-118, abr 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2016-3505/19149>>. Acesso em: março de 2018

ENTREVISTA. **Morador Local: Arnaldo**. Salvador: Nova Constituinte. 2018

INFORMS; **Painel de Informações**: Dados Socioeconômicos dos municípios de Salvador Bairros e Prefeituras-Bairro. 5. ed. [S.l.: s.n.], 2016.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Angela Maria Gordilho; TEIXEIRA, Aparecida Netto; SANTO, Maria Tereza Gomes do Espírito. O desafio da regulamentação de ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social. **Anais...** Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12. maio de 2007.

TEIXEIRA, A. N.; MOURAD, L. N.; SILVA, P. C. **Relatório Preliminar:** Programa De Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) em Salvador, 2018a.

TEIXEIRA, A. N.; MOURAD, L. N.; SILVA, P. C. As intervenções do PAC em Salvador/BA. In. CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana; **Urbanização de favelas no Brasil: um Balanço preliminar do PAC.** Edição. [S.l.]: Letra Capital, 2018b. p. 199-218.

TEIXEIRA, Aparecida Netto. As políticas públicas de habitação social no Brasil: avaliação recente da previsão do instrumento de ZEIS nos municípios brasileiros. **Anais...** Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social. 2. Porto Alegre, 2012.